

ATA - 234ª Reunião Ordinária

SR. JUNIOR: Boa noite. Nós já temos 16 conselheiros, então já dá para a gente iniciar a nossa pauta de hoje. A pauta de hoje a gente vai trazer aí alguns assuntos relacionados ao Fundo Verde e também a nova composição do Conselho Gestor. Então, só para dar início, a gente está dando início na 234ª Reunião Ordinária do COMDEMA, dia 28 de maio de 2026, às 18h16, aqui no Paço Municipal. Então, primeiramente, os informes gerais. Vocês devem estar acompanhando, nós estamos em andamento com a limpeza da lagoa, ali na curva do Joinha. Então a gente contratou esse hidro trator, que é um trator aquático para fazer essa remoção da vegetação que está sobre aquela lagoa. É um trabalho que é para durar até oito dias, então já estamos no terceiro, amanhã já é o quarto dia e tem bastante vegetação ainda para tirar. Então a gente vai, junto com o SAAE, o SAAE também fez, aquela lagoa, ela tem um extravasar que joga a água em excesso para dentro do rio, do córrego ali e esse extravasar, ele estava entupido. Então não se sabe quando ele entupiu, mas o acesso para o rio não estava na quantidade suficiente. Então o SAAE fez a intervenção, limpou esse acesso e agora a represa, a gente está fazendo a limpeza, esperamos que ela volte à normalidade e que a gente não tenha mais esse acúmulo de algas. Mas depois a gente vai pedir para o SAAE, através da Leila, para a Leila fazer um monitoramento da água para gente ver lá quais são as intervenções que a gente precisa fazer para manter a lagoa sempre sem aquela vegetação. O Eduardo também tem um projeto bem legal ali para o parque e aí vai, provavelmente, acoplar ali essa lagoa no projeto do parque. A lagoa fica ali na curva do Joinha, na Marginal, a antiga pedreira. Ali no sentido shopping, no passeio, para frente do passeio São Carlos. E aí, só um minutinho, Paulo, já passo para você. No dia 2, próxima terça-feira, às 09h00, nós estaremos aqui no auditório recebendo o Plano de Arborização. Então, no dia 2, o Demóstenes, professor Demóstenes, vem para entregar definitivamente o Plano Municipal de Arborização. Então, todos estão convidados a participar, nós iremos fazer uma solenidade. Vamos estar aqui, o prefeito vai participar, já confirmou que vai estar presente, a representante da Câmara. Nós convidamos também várias pessoas ligadas ao meio ambiente para estarem presente. E o COMDEMA também é essencial que esteja presente para gente receber essa conquista que é o Plano de Arborização. Aviso, mas já é dia 2 agora, às 09h00. Dia 2, terça-feira, 09h00. Alguém mais tem algum informe? Aí a semana que vem é a semana do meio ambiente. Então a gente vai estar com essa ação. A gente também está para receber essa semana, a gente comprou um drone para a secretaria para melhorar a questão dos relatórios sobre a APP, sobre áreas de reserva legal. Estamos para receber também uma roçadeira e um soprador para ser utilizado no Horto Municipal. Estamos para iniciar a reforma do viveiro. Agora, finalmente vai dar início à reforma do viveiro de mudas lá do Horto. Então, tem bastante coisas aí que a gente vem trabalhando para melhorar a questão ambiental aqui no município de São Carlos. É bom que todos fiquem sabendo. Paulo pediu a palavra?

SR. PAULO: Paulo Mancini, do CRBio. Cumprimentar pela limpeza do daquela lagoa. Eu moro ali por perto, só tenho ouvido reclamações. Mas eu queria entender melhor porque eu até falei, eu não sabia que esse espaço tinha se tornado público, porque a gente sempre viu que é um espaço público privado. Então, não sei qual o nome desse parque, se é ligado a empreendimentos. Não sei se você tem essas informações, mas imagino que seja público o espaço, obviamente.

SR. JUNIOR: Sim. A Ana Castral também perguntou e eu fui buscar aqui a matrícula. Quando o Dr. Flávio, isso foi em março do ano passado, mandou uma mensagem falando para dar uma olhada lá na lagoa que tinha uma vegetação e para gente tentar identificar o que era. Na época eu acionei o SAAE, o SAAE fez a coleta de água, identificou que era acúmulo de matéria orgânica e nós acabamos, de certa forma, não procedendo à limpeza daquele momento. Tentei o contato com a Polícia Militar Ambiental e com os bombeiros, porque há falas de que aquela lagoa pode ter de 30 a 40 metros de profundidade por ser uma antiga pedreira. Então a gente precisaria para entrar com alguma embarcação, precisaríamos do apoio dos bombeiros e de todo o aparato para que a gente não tivesse nenhum acidente. Aí o Pedro da Defesa Civil, os bombeiros e nós, o pessoal do Parque Ecológico, nós fizemos em dezembro uma tentativa de limpeza daquela lagoa, com embarcações, com cordas, com retroescavadeiras, mas não conseguimos

ATA - 234ª Reunião Ordinária

mexer um metro daquela vegetação. E aí nós partimos para contratação. Aí nós encontramos essa empresa especializada que tem esse maquinário, esse maquinário é um maquinário que está registrado na Marinha, tem toda a documentação de exclusividade. Então, é um material diferente. E o trâmite de licitação demora um tempo. E agora a gente conseguiu uma agenda com a empresa para fazer a limpeza. Mas essa área, Paulo, ela consta de um desmembramento da matrícula e ela passou a municipalidade. Eu não tenho aqui informação de quando foi, mas quando o Dr. Flávio nos acionou, eu já fui buscar a questão da matrícula, que eu imaginei que ela não fosse pública.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. JUNIOR: Oi? É alface d'água.

SRA. ANA PAULA: Junior, a empresa acabou falindo, que ia fazer ali.

SR. JUNIOR: É, ali tinham duas.

SRA. ANA PAULA: Ali você lembra, Paulo? Aquela história da Marluce, daquele prédio? Foi junto porque era um empreendimento, acho que de uma empresa, eu não lembro se era de Americana ou de Limeira. E me parece que a empresa acabou falindo, mas acho que eles fizeram um desmembramento. Eles doaram as áreas públicas porque na matrícula está com um sistema de lazer. Lembra que ia ter um parque lá, que foi um arquiteto de São Paulo e era um parque muito legal, o projeto.

SR. PAULO: Mas ela está fechada para o público, né?

SR. JUNIOR: Está fechada.

SRA. ANA PAULA: Está fechado. Senão o povo se mata lá.

SR. PAULO: Interessante, porque o município acabou assumindo um passivo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Bom, se puder falar no microfone para ficar registrado em ata.

SR. JUNIOR: É. Lá, Paulo, o Eduardo vai complementar porque ele tem informações maiores. Ali é um parque, é o Reginaldo Zavaglia.

SR. EDUARDO: Eduardo, do SAAE. Ali, a gente acabou de fechar, na verdade, a contratação para o projeto de recuperação do Córrego Paraíso, que está ali do lado. E a gente incluiu, dentro desse contato que a gente já vem tendo sobre a Lagoa desde o final do ano passado, a gente incluiu no escopo do projeto todo o levantamento, o plano altimétrico do entorno da lagoa e a batimetria dela também, para gente poder finalmente determinar com maior precisão aí a questão da profundidade. E considerando que ela é, de certa forma artificial, ela foi escavada em algum momento até também poder, futuramente, tomar uma decisão ali de diminuir a profundidade caso ela realmente seja elevada desse tanto aí superior a 30 metros, como se imagina. Aí o que a gente também tem no escopo do fornecimento desse projeto executivo para o rio, o foco é o córrego e a micro drenagem ali da região, mas a gente está pegando ali diretrizes para integrar com o Parque Reginaldo Zavaglia porque o Rio vai estar, vai estar ali na parte do parque, a APP do parque e mais a integração com essa lagoa. Então, nesse levantamento todo, a ideia é que, no final, a gente tem ali as diretrizes e o projeto executivo de obras e recuperação, a questão da melhoria da micro drenagem e um levantamento mais atualizado, mais preciso para depois até trazer para a Secretaria de Meio Ambiente e aí buscar realmente parceiros ou licitações, o que seja para o desenvolvimento do parque como um todo. E aí a ocupação. Tem até um projeto arquitetônico, que foi feito na época do Passeio São Carlos, que eu tenho lá em mãos, vai ser parte do estudo da empresa, lá eles vão observar e tratar esse material também, que aí, quem sabe com essa integração e atualização ali das áreas e tudo, a gente consegue futuramente ter um projeto de um parque utilizável ali. É uma área interessante.

SR. PAULO: Eu imagino que ela já sirva ou possa ser útil para drenagem para contribuir para as enchentes do Cristo.

SR. EDUARDO: Sobre esse aspecto da drenagem, é importante dizer algumas coisas. Apesar da gente ter, a gente está vinculando ali ao projeto do Córrego do Paraíso pelo Parque Reginaldo Zavaglia, porque ele acaba, vamos dizer, integrando os dois lados. A APP do rio com a lagoa chegando até o Monjolinho. Mas a Lagoa, ela não recebe nenhum tipo de contribuição do sistema de drenagem urbana. Aquela água,

ATA - 234ª Reunião Ordinária

presumimos ali que ela seja ali do afloramento mesmo. Porque pela posição que ela está e a profundidade que ela está, ela não tem qualquer conexão com o Córrego do Paraíso. Então tem até questão de cota dela ali e tudo. Nem do Monjolinho. Ela descarrega, foi feito esse extravasou lá. Imagino a idade que tem ali, pelo tipo da caixa ali, a dificuldade que a gente teve para limpar, foi feito há muito tempo e ele é, realmente, um extravasou só para controlar o nível. Então, como é um local, é aquela ideia que a gente sempre fala. A função de você colocar dispositivos de drenagem no fundo de vale é terrível porque você tem a questão do afloramento, ainda mais ali, com desníveis enormes que tem. Então ela trabalha cheia já. Então você não tem nem como usar, vamos dizer ali, como qualquer tipo de amortecimento. E parece grande. O pessoal que está trabalhando ali está achando ela grande demais. Mas para efeito de amortecimento, ainda mais no Monjolinho, o volume dela, ainda que fosse possível, é irrisório perto do Monjolinho.

SR. JUNIOR: E só para complementar, nós estamos. A Secretaria do Clima e Meio Ambiente, tem a Secretaria de Gestão das Cidades, Secretaria de Conservação e Qualidade Urbana, Secretaria de Segurança Pública e Mobilidade Urbana, fazendo a intervenção no trânsito. Então são quatro. O SAAE, que fez a intervenção lá e acompanha com a gente. Então, são quatro secretarias, mais uma autarquia. Se vocês pegarem a postagem do Facebook, do Instagram, o quanto de crítica a gente recebe por estar fazendo uma ação benéfica para o meio ambiente. Então, assim, a população, às vezes, parece que vive em outro mundo. Uma grande parte dela a gente. Se vocês olharem lá, é absurdo as colocações lá. “Estão gastando dinheiro à toa”. “Para que fazer isso”? “Não precisava mexer nessa lagoa”. “Já deixaram a lagoa morrer”. Então, assim, por mais benefícios e o envolvimento que tem, a gente acaba sendo criticado. Então faz parte. Não vai agradar todo mundo, mas é uma recuperação importante. Alguém mais tem alguma outra informação? Renan.

SR. RENAN: Boa noite, Renan da APASC. Eu só queria dar um repasse do que foi a reunião da Câmara técnica que a gente teve.

SR. JUNIOR: Eu ia pedir para você vir aqui na frente falar, você quer apresentar daí? Então vamos lá.

SR. RENAN: O assunto vai somar com os assuntos, mas é mais para explicar um pouco de detalhe o que foi.

SR. JUNIOR: Então deixa eu só explicar os dois pontos e aí a gente já passou para você. Os dois pontos de pauta. Primeiro, a gente precisa atualizar. O Fundo Verde, ele tem um conselho gestor e ele tem um regimento, que ele é de 2008, salvo engano, a lei. A lei 26 de novembro de 2008. E essa lei de criação, ela traz ali um Conselho Gestor. Esse Conselho Gestor, ele foi atualizado em 2024. Só que o mandato são dois anos. E aí ele venceu agora em abril de 2026. Então está na hora de a gente renová-lo. Nós tínhamos uma composição, era um coordenador executivo que era o coordenador adjunto do COMDEMA. Esse continua. Um representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, que hoje não se chama mais Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão. Secretaria Municipal de Gestão... Vou lembrar daqui de cabeça, porque é grande que a nomenclatura. Gestão Pública e Integração Governamental. Mudou o nome é tão bonito, mas é complicado de lembrar. A gente fala muito por sigla, SMIG, e aí a gente acaba não lembrando. Depois, a gente tem um representante da Secretaria Municipal de Fazenda, essa continua o mesmo nome, então não precisa atualizar. Um representante da sociedade civil, membro do COMDEMA. Então é isso que a gente precisa eleger também hoje. Seria a intenção. Um representante de entidades ambientais não governamentais cadastradas no COMDEMA. E, pela legislação, ele não precisaria ser conselheiro, precisaria estar cadastrado no COMDEMA e um representante de outras entidades da sociedade civil cadastradas no COMDEMA também. Então são três, seis membros que compõem o Comitê Gestor. Aí a gente vai ter depois a indicação, o coordenador adjunto é o Fernando porque ele é o secretário adjunto da Secretaria do Meio Ambiente e do COMDEMA também. O representante da Secretaria Municipal de Integração Governamental, a gente vai pedir para que seja indicado também e o representante da Secretaria Municipal da Fazenda também. Então, as outras três vagas, a gente precisaria conversar aqui no Conselho para que seja indicado. E também foi feito, esse é

ATA - 234ª Reunião Ordinária

o primeiro ponto de pauta. Então atualizar a nomenclatura das secretarias por conta da mudança da estrutura e eleger os membros que são do conselho que fazem parte, não conselheiros e conselheiros, para a gente atualizar esse conselho. E também existir uma câmara técnica que trabalhou, está trabalhando a questão da atualização da legislação do Fundo Socioambiental, Fundo Verde. Depois eu vou pedir para o Renan, Renan é o coordenador desse grupo, para que ele esclareça o que foi conversado, qual foi o parecer, que chegou ao parecer ali, para que a gente converse e depois ver os próximos passos. Então são esses dois pontos de pauta e depois existem alguns pedidos de alguns outros assuntos para gente discutir e aí a gente, depois de finalizar esses dois pontos, a gente dá sequência, está bom? Eu vou abrir agora, a gente precisa fazer essa eleição do conselho gestor do comitê.

SRA. LEIA: Eu tenho uma pontuação.

SR. JUNIOR: Pode falar.

SRA. LEIA: Eu tenho uma pontuação sobre a eleição desse Conselho gestor, porque eu fiz parte. Eu sou a Leia, sou médica veterinária e fui representante da nossa ONG durante desse último fundo gestor. Assim, se eu puder falar com palavras bem simples. Ninguém levou a sério essa comissão.

SR. JUNIOR: Ela nunca foi usada.

SRA. LEIA: Na verdade, ela não foi usada, mas a gente teve diversas reuniões para poder fazer o projeto. E eram três pessoas que participavam dessa reunião sempre. Então assim, veja, olha a responsabilidade que se tem o dinheiro público no qual você tem que fazer um projeto de pesquisa, que vai ter que ser julgado por uma série de coisas, por uma série de pontuações, enfim. E, de todas as pessoas que estavam ali, só duas ou três participavam das reuniões. Eu fiz parte do grupo e havia, na verdade, um WhatsApp com todas as pessoas.

(pronunciamento fora do microfone)

SRA. LEIA: Então eu não tenho responsabilidade sobre isso, o que eu estou dizendo é que tem que ter disponibilidade para participar das reuniões. Tem que ter uma noção de construção de projeto porque é feito um edital para isso. Então assim, não é só participar, tem que ter noção. A gente tinha uma advogada junto nesse grupo que a gente precisa ter alguém que entenda de lei, porque vai ser um projeto que vai ser usar o dinheiro público que vai ser... Quer dizer, vai ser feito como isso? Vai precisar contratar empresa, não vai? Então assim, e eu falo isso porquê? Porque eu também sou pesquisadora da Embrapa há 24 anos. Então, assim, quando você faz um projeto de pesquisa no qual você demanda dinheiro público, você tem todo um aparato por trás que precisa ter um monte de leis que vão reger o uso desse direito público. Então, quem for participar desse grupo gestor, eu entendo que tem que participar, tem que entender de leis, tem que entender de meio ambiente, tem que entender de uma série de coisas. Mas a gente tem que entender também de outras coisas que não só isso. Então, e outra coisa é ter disponibilidade de participar das reuniões, porque assim eu cansei em reunião perder meu tempo, que eu saio lá da fazenda da Embrapa, venho para o centro, participo do que tem que participar e, às vezes, ficava eu e a menina, que era advogada, durante duas horas esperando as pessoas que não apareciam. Então, assim, sabe, tudo bem de fazer parte do Fundo Verde, não tem problema nenhum, mas então que se comprometam a estarem fazendo parte disso e que façam, entendam de mais coisas que não só do meio ambiente. Porque vai ter que fazer algum critério para poder aprovar o projeto. Até onde eu li, a lei e toda essa parte que vocês mandaram, e até onde eu entendia nesse outro mandato você, tem que fazer um projeto e aí esse projeto vai ter que ser julgado por uma série de coisas. Então, assim, até para fazer o projeto a gente teve dificuldade. Quer dizer, o que vai por no projeto? Quais são os itens que vão compor o projeto? O que que é importante? Então assim, é bem trabalhoso isso. Então eu acho que tem que haver comprometimento das pessoas. Eu sinto muito que ela não foi chamada. Não fui eu que criei o grupo do WhatsApp porque eu não era coordenadora de nada. Eu era membro da comissão e aonde me chamavam para ir, eu estava. Mas assim foi frustrante, porque a gente não saiu do zero. Então, eu tenho até hoje o modelo do projeto que a gente fez começou a fazer. Era eu, eu não me lembro o nome da menina que era advogada, que fazia ajuda. Me perdoe. Realmente eu não me lembro. E mais, eu acho

ATA - 234ª Reunião Ordinária

que duas ou três pessoas e assim, na maioria das vezes, era eu e a menina que a gente se encontrava na secretaria, que era numa esquina, que tinha um prédio mais antigo, então assim... E não sei, é só uma pontuação, porque a gente gasta um tempo precioso da gente aqui. Então, eu acho que esse tempo tem que ser bem usado e usado assim, de uma maneira que seja produtiva, para poder isso sair do papel de uma vez. Você veja quanto tempo está para usar esse Fundo Verde e ninguém usou? São anos, eu acho. São anos, eu acho. São anos sem ninguém mexer nisso.

SR. JUNIOR: Não, perfeitas as colocações. Acho que são válidas. E, realmente, a gente precisa ter um conselho gestor atuante chegando. Demanda tem que ser avaliado, tem que ser pontuado, tem que ser discutido e pessoas qualificadas fazem parte dessa discussão.

SRA. FÁTIMA: Leia seu nome, não é? Então foi em 2008 foi criado o Fundo Verde, mas não foi dito como usar o Fundo Verde. Eu não sei se essa função era do Conselho Gestor ou era do condema definir como. Por que você vai soltar um edital em cima do quê? O edital em cima do quê? Se você não tem definições, você não tem como fazer um edital.

SRA. LEIA: Mas era isso que é isso que estava sendo constituído e que não saiu do lugar.

SRA. FÁTIMA: Sim. Mas passou, vamos para um novo agora.

SRA. LEIA: Então, como é que isso vai ser feito?

SRA. FÁTIMA: Então, o que eu estou questionando é o seguinte, quem que faz isso? É o Conselho gestor? Quer dizer, o grupo da Câmara Técnica de Legislação está trabalhando em cima. Então vamos fazer alguma coisa para que o grupo gestor consiga fazer o edital, porque nem o edital ele conseguia fazer. E aí, quem vai fazer o projeto? Tem um edital recente, um edital objetiva para fazer o projeto. Então, um depende do outro. Então, nunca se teve um projeto porque nunca se teve nada definido, como usar. Não, tudo bem. Agora a gente passou, passado, vamos para frente. Vamos tentar caminhar e resolver para que a gente possa usar esse dinheiro para que realmente, a pessoa quer fazer um projetinho de plantio de árvores, fazer um projeto de educação ambiental, que seja, precisamos definir como a gente pode usar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu pedi licença aqui para aproveitar já dar o informe, que eu acho que várias dessas dúvidas já vai encaminhando. A gente fez uma reunião da Câmara Técnica de Legislação, porque foi uma demanda a gente trabalhar esse tema do Fundo Verde e tal, fazer ele funcionar. E aí foi uma reunião muito boa, no sentido de discutir, apesar do resultado ainda ter que trabalhar mais, mas a reunião foi muito boa. Participaram várias pessoas que estão aqui presentes. E aí a gente pegou. Primeiro, discutir um pouco geral as impressões e tentando resgatar o que já sabia de informação do funcionamento do Fundo Verde. Até então a gente não conseguiu resgatar nenhum precedente de documento. Então, se você tiver algum documento, puder compartilhar. Acho que o que você está chamando de projeto é o edital que seria.

(pronunciamento fora do microfone)

SRA. LEIA: A gente começou tentando construir um edital. Então, na verdade, assim, a gente precisava primeiro fazer um edital. E o que que esse edital ia contemplar. Então, assim, é uma responsabilidade tão grande isso porque é uma coisa tão grande de você poder contemplar tudo, contemplar lei, pegar legislação, abrir um pouco mais. Porque que nem eu bato na tecla que hoje meio ambiente é saúde única, não é só meio ambiente. Não tem como. É conceito universal isso. Então, assim, não adianta a gente só pensar em planta, a gente tem que pensar em saúde única. Então, assim, isso é uma coisa muito ampla, é uma coisa que não é definida aqui no Brasil, é uma coisa definida no mundo, que não existe mais. Depois do Covid, a gente tem que considerar todas as alterações de saúde humana, animal e meio ambiente. Então o COMDEMA, ele tem um papel... Eu estava discutindo isso, Junior com o secretário de Saúde do município. O COMDEMA tem um papel muito maior que só o meio ambiente, entendeu?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Então, assim, acho que você tem esse documento, então acho que a gente pode resgatar para aproveitar ele também para ir caminhando. Então, essa foi a primeira coisa que a gente conversou na Câmara Técnica, de resgatar o que já tem. Legal, se puder enviar para gente. E

ATA - 234ª Reunião Ordinária

trabalhar nesse formato digital através de uma chamada pública, alguma coisa para ter a abertura de utilização desse dinheiro. E aí a gente pegou a lei e foi vendo artigo por artigo da lei, discutindo o que fazia sentido, o que não fazia sentido, o que a gente tinha dúvida. E aí a gente compilou aquele parecer que, na verdade, ali não está deliberando nada. Ele tem mais questões, que nem você colocou assim, quanto é que tem no fundo em si? Todos esses tópicos estão conseguindo ser operacionalizados? Das origens desses recursos? Alguns outros detalhes de como fazer, de funcionar alguns artigos e tal. Então a gente levantou todas essas dúvidas, elaborou esse parecer, que vai ser encaminhado, não sei se já foi, mas vai ser encaminhado para Procuradoria Geral do Município e para a Fazenda manifestar como funcionar a lei. Então esse foi a primeira ação da Câmara Técnica de Legislação. E retornando com essas informações e entendendo um pouco melhor essa estrutura, aí partiria para esse próximo passo, que aí foi outra dúvida que a gente ficou, se continuaria dentro da Câmara de Legislação ou se passaria para o Conselho Gestor fazer essa elaboração. A gente até sugeriu se tivesse como fazer em conjunto nesse começo, até entender um pouco as minúcias de cada uma. Mas assim, na minha avaliação, foi muito bom no sentido de a gente começar a trabalhar nisso. O importante é que não pare, que a gente consiga ir avançando. E aí, se alguém que estava na reunião também quiser complementar alguma coisa. Mas de fato, o resultado foi muito mais dúvida do que coisa concreta para encaminhar. Mas aí, começando assim para gente poder funcionar o negócio. Obrigado.

(pronunciamento fora do microfone)

SRA. ROSANA: Rosana, da AMABIC. É, partindo aqui do que a Fatima falou daqui para frente, realmente. Por quê? Porque isso. Isso explica muito da questão assim, que é um limbo. Era um limbo essa questão do Fundo Verde, se tinha dinheiro. Eu já ouvi vários valores, R\$ 900 mil, R\$ 400 mil, que tinha, tinha, tinha, tinha. Não.

(pronunciamento fora do microfone)

SRA. ROSANA: Só?!

(pronunciamento fora do microfone)

SRA. ROSANA: Mas espera aí, o Fundo Verde vem da onde? O que é o Fundo Verde?

SRA. FÁTIMA: Está tudo descrito. Esse arquivo que eles mandaram para gente está tudo descrito da onde vem, o que que vem, ali, está vendo? Nesse primeiro de 2008, eles já falam todos os artigos do que seria, o que entraria. Então, só que assim, é um limbo. Só que existe uma conta e existe um extrato. Então eles usaram para o bombeiro? Sim. Foi comprado um carro de bombeiro. Isso não entrou em edital. Isso foi um dos questionamentos que eu fiz. Por que que não entrou no edital? Eu acho que o carro do bombeiro era uma necessidade, como um monte de coisa é uma necessidade na cidade. Entendeu? Eu entendo e me compadeço com isso. O que eu quero dizer é assim, tudo bem, eu entendo que precisava do carro, mas eu não concordo. Por que que foi usado isso antes de ter um edital? Por que esse dinheiro foi mexido antes de ter uma votação ainda e ter um edital, entendeu? Mas foi, foi. Não é o passado? Então foi. Beleza. Então, na verdade, tem um monte de coisa urgente, amada, não só um carro de bombeiro, não foi um carro de bombeiro, foi um carro utilitário para os bombeiros. Então, isso que fique bem claro, não foi um carro de apagar fogo. Mas tudo bem. Era necessário? Era necessário, deliberaram que sim. Quem foi? Não sei quem deliberou também porque a gente não participou da deliberação. Se o Paulo lembrar alguma coisa assim, tudo bem. Mas assim...

(pronunciamento fora do microfone)

SRA. FÁTIMA: Depois, depois, depois. Não foi deliberado na hora. Teve, na verdade, várias dúvidas a respeito da liberação desse dinheiro. Nunca chegou a R\$ 200 mil. Com o carro, sobrou cento e poucos mil reais. Existe uma conta, existe um extrato que a gente pode pegar dessa conta, item por item, que foi colocado ao lado, que é eu não sei, mas existia um extrato que é puxado e tem cento e poucos mil reais ali. Só ou não, não sei. Eu entrei em 2022 no COMDEMA, então eu estou... Faz só quatro anos, realmente, eu sou caloura nessa parte. Mas eram cento e poucos mil reais.

SRA. ROSANA: O Fundo, ele foi instituído quando?

ATA - 234ª Reunião Ordinária

SRA. FÁTIMA: Então foi 2008, começou a lei começou a vigorar. Agora, quando ela foi deliberada, quando ela foi posta em prática, aí eu já não sei, Junior Eu sei que em 2008 a lei, ela foi aprovada. Aí, para ela funcionar, precisa uma série de deliberações. Quem é que vai recolher, que secretaria vai fazer? Quer dizer, vai aí uns cinco ou seis anos para uma lei funcionar normalmente aqui no Brasil, normalmente o trâmite. Porque daí qual secretaria vai recolher, como é que vai ser recolhido, que forma vai ser recolhido, aonde vai, entendeu? Então, tipo assim, não é só você ir lá e votar a lei. Ah, tudo bem, a lei foi aprovada. E agora? Como é que a gente vai botar em prática isso?

SRA. ROSANA: Mas mesmo assim, são vários anos. Eu acho muito pouco dinheirinho também que eles apresentam, mas enfim.

(pronunciamento fora do microfone)

SRA. ROSANA: Então, não sabe, mas ela acabou de falar que é R\$ 200 mil.

(pronunciamento fora do microfone)

SRA. ROSANA: Com certeza.

(pronunciamento fora do microfone)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Gente, gente, gente, por favor, vamos só falar no microfone. Licença, Paulo, desculpa. Só para ficar registrado em ata. Todo mundo quer falar. Mas vamos só falar no microfone. A gente leva o microfone até a pessoa, só para ficar tudo registrado em ata.

SR. PAULO: Paulo Mancini, do CRBio. Gente, a despeito de que a gente tenha que tocar para frente, é importantíssimo. É importante essa discussão, ver o passado que é para a gente não voltar a cometer os mesmos erros. Agora tem muita coisa que a gente não sabe. Eu acho que o encaminhamento que o nosso coordenador Junior está dando é o principal que nós temos a fazer nesse momento. E esse conselho e quem assumir vai tomar o compromisso com nós aqui, de estar procurando saber tudo, saber que conta que tem, qual, de onde tem que vir os recursos, quais os recursos que eventualmente vem do governo federal, que tem que cair para o Fundo Verde, do Governo Estadual e do Governo Municipal. Fazer esse balanço todo e trazer para gente. Agora é importante também a gente ter o organograma de como as coisas funcionam. Então foi feito uma reunião da Câmara Técnica de Legislação e foi feito um parecer. Esse parecer, ele tem que ser aprovado pelo COMDEMA. A não ser que foi uma coisa, não, foi só jurídico. Depois que vem do jurídico ou não. Porque é assim que funciona a câmara técnica, ela é um braço do plenário do COMDEMA. A partir do COMDEMA que a coisa segue para frente. Então eu gostaria de este conteúdo do parecer para a gente saber exatamente. Eu entendi, mas vagamente o que vocês fizeram. Então, eu não sei quais os questionamentos que estão tendo e tal. Então, acho importante este ordenamento para a gente entender como é que faz. O Fundo, ele pode ser usado de diversas maneiras. Nós podemos deliberar. O COMDEMA delibera uma diretriz porque as diretrizes do Conselho Gestor são dadas pelo COMDEMA, aprovadas pelo COMDEMA. Então a gente pode deliberar aqui e o Conselho Gestor aceitar que o coordenador do Meio Ambiente, secretário do Meio Ambiente vai decidir o que fazer. Ele faz do jeito que ele quiser, nós só temos que deliberar isso. Seria impróprio. Como a gente pode deliberar que vai ser por demanda, não vai ser edital. Apresentam as demandas e a gente vai resolvendo. Que também eu não acho ideal. O ideal é ter um edital, mas também ter demandas também é importante. Ainda hoje, conversando com o pessoal que está querendo e parece que até é feriado, só está faltando o prefeito homologar, criar o Conselho Municipal de Defesa de Proteção Animal.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Mas já não tem?

SR. PAULO: Tem, mas não foi criado, não existe. Então eu falei até eu vou trazer, porque eles vão fazer uma audiência pública dia 12 de junho, agora nesse mês, para criação, para cobrar que seja efetivamente criado, porque já foi aprovado por lei. Parece que foi sancionado, mas não foi criado. Não sei porque motivos. E eu lembro que a Leia apresentou um projeto para combate a animal feral. Então... E que foi aprovado pelo COMDEMA e tal, para passar para ser financiado pelo Fundo Verde e ficou por elas. Então, eu acho, Leia, em respeito a você e a ASA, eu acho que a gente tem uma demanda, assim como apareceu a demanda do Conselho Gestor de Educação Ambiental, que nós aprovamos na última reunião, eu acho

ATA - 234ª Reunião Ordinária

que tem essa demanda, que é antiga, que tem que, se você tiver interesse, tem que ser colocada como demanda, entendeu? Isso. Agora, eu acho que o encaminhamento que dá, eu acho assim, é primeiro, tomar as medidas essenciais, que agora, que é refazer a recomposição do Conselho Gestor e depois a gente lê esse parecer, que foi muito longo e tal, para gente aprovar e para enviar. Se todo mundo concordar, é claro.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Só um aparte desses esses valores que são arrecadados, eles caem num lugar que a gente chama vala comum, que é o que? Arrecada, cai dentro de todo o orçamento do município. Então como é que vai separar esse dinheiro? É isso que, na verdade, a gente espera aí. Existe uma fundação?

SR. JUNIOR: Existe uma rubrica específica que destina o recurso para o Fundo Verde. Então ele não vai para o Caixa Geral da Prefeitura, ele vai para essa conta específica do Fundo Verde. E aí essa conta específica do Fundo Verde que dá o valor que a gente tem. É isso aí. Então, assim, existe uma rubrica específica, que é colocado junto as multas, junto aos valores para ir esse recurso para o Fundo Verde. É que as multas, às vezes, não são pagas, então tem multas de R\$ 500 mil que fica na Justiça 20 anos. Fica se discutindo. Então o que efetivamente é recebido vai com essa rubrica para o Fundo Verde. Então esse é o processo. É só para a gente avançar. O Pedro depois, só complementando, Pedro. A gente tem nessa lei, por isso que a gente está pedindo a revisão para ver se continua dessa forma, porque a lei que institui ela diz que o Fundo Verde pode ser usado para desenvolvimento de planos, programas e projetos que visem o uso racional e sustentável do recurso natural, manutenção, melhoria ou recuperação da qualidade ambiental, pesquisa, atividade e serviço ambiental, controle, fiscalização e defesa do meio ambiente. Hoje, atualmente, são essas as finalidades do Fundo Verde. Se a gente for avançar na legislação, mudar a legislação, o momento é agora, essa discussão que a gente está trazendo para ver se ficamos só nessa situação ou se a gente amplia. Então, por isso que é importante essa discussão nesse momento para gente rever a legislação. E ali fala que, no Artigo 7º: Compete ao Conselho, ao COMDEMA, estabelecer diretrizes, prioridades e programas de alocação do recurso do Fundo em conformidade com a Política Municipal do Meio Ambiente. Então assim, como que a gente vai alocar? Qual vai ser as prioridades? Aí é o conselho quem vai trazer. Mas esse é o momento da gente. Nós vamos manter essa lei, vamos atualizá-la ou vamos mantê-la na íntegra, ou vamos mudá-la, esse é o momento de discussão. E aí, Renan, aproveitando. Como que a gente tem procedido na Prefeitura como um todo? A gente apresenta uma minuta para a PGM trabalhar em cima dela. Aí eu sei que tem um parecer e gostaria da solicitação do parecer à PGM. Eu faria uma sugestão da gente trabalhar com base nessa lei que nós já temos as possíveis alterações. E aí, com uma minuta pré-estabelecida, que facilita muito para PGM, ela dá uma elaborada melhor, ela verifica a questão de legalidade, constitucionalidade, faz um parecer jurídico. Então, só para esclarecer esse ponto, eu só vou... O Pedro pediu a palavra pouco antes. Aí depois a Sandra e aí a gente passa aí.

SR. PEDRO: Pedro Caballero, Defesa Civil. Eu só queria esclarecer uma situação aí que falaram da viatura que foi para o bombeiro. Eu não lembro quem propôs na época, mas essa viatura, ela realmente ela é operacional múltipla. Olha, o ano retrasado nós tivemos 90 focos de incêndio em um dia somente. Então essa viatura, você coloca em cima o kit de combate a incêndio que leva 800 litros de água com espuma e ela vira 8 mil litros e ela consegue entrar em qualquer lugar. Olha, Recreio Campestre. O parque Itaipu. Eu trabalhei até a noite com uma caminhonete que é da Defesa Civil, com o mesmo equipamento que a gente conseguia, mas vocês tinham que ver o desespero dos donos das casas para que não chegassem nas casas com incêndio. E eu já vi essa viatura também ser usada no lugar da unidade de resgate, porque o resgate quebrou e estava na oficina. Então assim, eu acho que você tem que ter muito orgulho de ter enviado essa viatura para o bombeiro, porque o Estado não sempre atende tudo. E, na verdade, São Carlos acaba atendendo quatro ou cinco municípios e fica complicado. E até a colega da Embrapa, lembra que Embrapa sofreu um incêndio que foi complicadíssimo e hoje a brigada da Embrapa, eu posso dizer

ATA - 234ª Reunião Ordinária

que se não é a melhor, é uma das melhores brigadas que temos aqui no município que ajuda o bombeiro. Então, só queria colocar. Eu não lembro bem todo o processo da caminhonete, mas foi muito bom.

SR. JUNIOR: Calma, calma, tem mais gente. Aí, gente, eu acredito, talvez o Pedro possa. Deve ter sido em 2022 que houve essa aquisição desse veículo. A partir de 24, quando eu cheguei na secretaria, dali para frente a gente não usou mais o recurso do Fundo Verde. Então, assim, a gente não teve nem a demanda. E aí pode ser por falta do trabalho do conselho, no sentido de organização, de fazer a demanda. Mas a gente não teve demanda. Tivemos demanda agora recentemente do Encontro Municipal de Educação Ambiental e a gente recebeu mais duas demandas, uma inclusive do próprio bombeiro, e aí é lógico que depois que a gente definir a lei, que a gente definir o conselho, isso vai vir para cá. E uma outra demanda da PROHAB também para uma complementação de uma área, uma limpeza de uma área onde vai ser feito uma compostagem, um pátio de compostagem, e vai ser feito também usado pela fábrica de triturador de resíduos da construção civil. Então já tem duas demandas chegaram, que está comigo na secretaria, está com a gente na secretaria, que aí a gente definindo o escopo, definindo o conselho, o comitê, a legislação, a gente submete para avaliação. Mas quem decide é o Conselho e o Comitê Gestor. Eu até quando eu recebi, eu falei: Olha, eu fico com a atribuição como secretário de encaminhar ao Conselho. Agora, quem decide é o Conselho e o Comitê Gestor. A Sandra pediu a palavra, depois o Renan a Leia e a gente encerra. Aí a gente vai para definição. Depois a gente volta a discutir.

SRA. SANDRA: Meu nome é Sandra, sou da Embrapa, sou suplente do Victor. Assim, diante da sua fala, eu vi a possibilidade também de usar o Fundo Verde, não sei se é possível ampliar o uso para pequenos produtores em relação a pagamento de serviços ambientais, porque eu acho que isso vai possibilitar que os próprios produtores também façam bom uso das suas propriedades. Isso vai contribuir muito com o meio ambiente e isso é muito usado em outros municípios que eu sei. Então acho que seria um uso bem interessante.

SR. JUNIOR: Eu sugiro que a gente... Já houve uma câmara técnica. Mas que talvez amplie a discussão para a gente ver qual a forma de atualização da lei. Se a gente pegar lá pela atribuição da lei, volta no artigo 5º lá para mim, Anderson, por favor. Olha ali, não no 6º, desculpa. Ele fala que serve para pesquisa, atividades e serviços ambientais, controle e fiscalização e defesa do meio ambiente. Então estaria tanto incluso o veículo que foi para o bombeiro, porque estaria dentro do controle, fiscalização e defesa do meio ambiente. Eu vejo dessa forma, posso estar equivocado, mas estaria ali dentro e também dentro da questão dos pagamentos dos serviços ambientais. Mas talvez a gente possa ampliar isso ou melhorar a redação e colocar serviços ambientais de pagamento de serviços ambientais. Enfim, é o momento para gente discutir.

SRA. SANDRA: Estou à disposição para colaborar.

SR. JUNIOR: Ótimo. A gente precisa de bastante ideias para gente deixar a lei mais atuante. Acho que o Renan tinha pedido a palavra.

SR. RENAN: Renan, da APASC. Só para esclarecer um pouquinho mais do que foi o processo da Câmara Técnica. Praticamente todas as dúvidas aqui que estão sendo levantadas. A gente chegou a conversar na reunião, tal parecer cheguei a enviar por e-mail e minha sugestão é que o caminho continue nesse sentido. Definindo aqui o Conselho Gestor, quando a gente tiver o retorno daqueles questionamentos, a gente reúna a Câmara Técnica junto com o Conselho Gestor, até para conversar e ver o que que é atribuição de cada um, conforme define o Regimento Interno e também de funcionamento. E acho que essa questão de mudança de lei, Junior, a gente até chegou no final, dependendo como as perguntas seriam respondidas, a gente até nem precisaria mudar a lei para fazer acontecer. Essa foi até uma dúvida que a gente ficou. Não precisaria mudar.

SR. JUNIOR: Não. Aí já é legal, porque aí a gente já tem que pontuar para PGM que avaliação dos questionamentos vai se dar em cima da lei atual e não de uma possível alteração, isso tem que ser feito. A lei vai ser mantida.

ATA - 234ª Reunião Ordinária

SR. RENAN: Talvez não tenha ficado claro, mas a ideia é que a gente está questionando essa lei. E, dependendo das respostas, tentar manter essa lei até para não demorar tanto nosso processo e tal e fazer funcionar, fazer o regimento. Por decreto não, o regimento fica mais fácil e tal. E aí o que eu sugiro, até para encaminhar não demorar muito aqui que a gente vá levantando essas dúvidas durante o passar dos dias aí e leve para a reunião dessas comissões para fazer um detalhe ali a partir das respostas funcionar. Aí veio a questão de ter um edital, ver a questão do regimento nessa comissão, porque realmente tem muita dúvida. Se a gente for ficar entrando em cada dúvida, não vai acabar mais.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. JUNIOR: Espera aí, só um minutinho. A Leila tinha pedido antes. Só um segundinho depois a gente já passa para você.

SRA. LEILA: Só queria fazer, viu, Pedro? Eu gostaria só de fazer um aparte da tua fala. Não é que eu não tenha orgulho disso, porque no mesmo fogo que você estava, eu estava também. Então assim, está tudo certo. Na verdade, a gente tem um grande problema no ser humano, é interpretação de texto. Em nenhum momento eu falei que o carro não é importante e que eu não achei que era bom ter ido. Foi o jeito como foi feito, porque na verdade, o COMDEMA não votou. Trouxeram para a gente já o feito para a gente, depois de feito para aprovar, foi só isso. A minha consideração foi só relacionada a isso, não a importância do carro ter sido doado. Então eu só quero deixar claro bem isso. Outra coisa que eu também acho que não tem que mudar a lei. O que, na verdade, tem que mudar é a visão das pessoas que estão dentro do comitê e dentro das secretarias. Porque assim, tudo que você colocou ali, você pode falar não só do meio ambiente, mas você pode falar de saúde única, que é o que eu estou falando, entendeu? Então, assim, tudo o que está escrito ali não precisa mudar, de jeito nenhum, a lei está ali. Ninguém está mudando a Constituição também. O que, na verdade, estão mudando são os novos conceitos incorporados à ciência. Então a gente tem que começar a abrir um pouco a mente, pensar um pouco fora da casinha e tentar acompanhar o que está acontecendo no mundo, não em São Carlos. Então, nós não somos a capital da tecnologia? Nós não temos o maior número de doutores do país? Então está na hora de começar a usar o cérebro.

SR. JUNIOR: Bom, vamos lá, gente? Acho que a Fátima... No microfone.

SRA. FÁTIMA: É necessário ter edital? Ou como o Paulo falou, não pode ser por demanda?

SR. JUNIOR: Eu confesso que eu precisaria ver na lei, mas eu acho que não.

SRA. FÁTIMA: São valores tão pequenos.

SR. JUNIOR: O edital é uma das formas, mas eu acho que não...

SRA. FÁTIMA: São valores tão pequenos, fazer um edital é uma coisa tão complexa que, às vezes, a pessoa que vai usar o dinheiro, não sabe nem interpretar o edital e não faz o projeto porque não entende o edital. Eu só estou colocando a questão, essa questão.

SR. JUNIOR: Eu acho que o edital é uma das formas de uso do recurso. Pode ser feito edital para projetos, para pesquisas. Como pode ser feito uma demanda, por exemplo, tem essa demanda do bombeiro, tem a demanda da PROHOAB, tem a demanda da Embrapa. Possivelmente aqui vai ter uma demanda. Eu acho que as demandas tem que chegar para o Conselho, o Conselho analisa junto com o Comitê Gestor e aí é decidido. Eu acho que esse é o caminho. O edital é uma das formas da gente usar o recurso. É o recurso do Fundo Verde, atualmente, está em torno de 180 mil. Recurso pequeno para a gente pensar num edital, talvez contemple uma grande ação. Mas enfim, fica a sugestão para todo mundo que tiver a demanda trazer para gente.

SR. PAULO: Dá licença, Paulo Mancini, CRBio. O que eu acho importante é que realmente seja recomposto agora o Conselho Gestor do Fundo Verde, que a gente continue usando a legislação do Fundo Verde do jeitinho que ela está, inclusive sem precisar fazer o regimento interno para tomar as deliberações. O Conselho Gestor do Fundo Verde delibera com o respaldo do COMDEMA. Ele sugere isso, o COMDEMA avalia e respalda ou não respalda, dá o respaldo dele, para gente fazer as coisas andar. Nesse ínterim, vai se vendo o que a gente acha que precisa mudar, o que precisa melhorar. Eu acho que

ATA - 234ª Reunião Ordinária

a gente não pode perder a oportunidade de, tendo os recursos e tendo demandas que a gente considere boas, a gente aprove e já usa esses recursos. Porque o meu medo, sinceramente, é de que empacar novamente. Aí vamos tirar essa dúvida, espera o jurídico, espera isso, espera aquilo e fica isso sem usar novamente. É isso que é o meu receio. Só mais uma coisa em relação à fala inicial da gente. A fala da Leila assustou, acho que assim, agora ninguém vai querer participar desse Fundo. Pelo amor de Deus. Não é tão complexo assim, não. Veja, não é uma coisa tão complexa porque não tem que fazer o projeto. Quem tem que fazer o projeto é quem vai requerer os recursos do governo. O edital sim, o edital. Mas no edital, o jurídico da Prefeitura tem experiência de milhares de editais, que pega o modelo e pá, pá. Não é uma coisa tão complicada.

SR. JUNIOR: Paulo, só uma complementação. A partir do ano de 2025, nós começamos a ter uma modalidade de compensação ambiental em pecúnia. E talvez, eu preciso ver a lei melhor que eu, não me ative a isso. Uma das fontes, essa pecúnia, ela vai para o Fundo Verde. Então a gente precisa prever isso na lei. E a gente precisa usar, prever também que o uso já dá para encaixar ali. Quando a gente fala em melhoria, manutenção da qualidade ambiental, já dá para pensar em arborização, projeto de arborização. Porque a ideia é, ao invés de doar para o Horto, que onde nós já temos hoje 7 mil mudas, aproximadamente, doa esse dinheiro para o Fundo Verde e esse dinheiro vai ser empregado em alguma outra ação ou como a abertura de canteiros, como abertura... Enfim, vai ser usado em outra função ambiental que não a doação da muda para ficar lá no Horto, que a gente tem uma quantidade grande hoje. Então a gente vai precisar prever essa fonte de recurso, que é da compensação ambiental, e talvez especificar melhor ali ou deixar subentendido dentro dessa ação de recuperação, de manutenção e melhoria ambiental, que esse recurso possa ser usado para o Plano de Arborização, por exemplo, que vai vir. Então, acho que esse ponto a gente precisa verificar na lei, se não tiver, pedir para fazer esse ajuste.

SR. PAULO: Às vezes tem algum outro.

SR. JUNIOR: Sim. É por isso que a ideia é rever. E eu acho que dá para discutir durante o próximo mês e no final do mês a gente traz esse assunto para deliberação com maior sabedoria ali do assunto, maior aprofundamento. Acho que dá para gente trabalhar nesse sentido. O que a gente já pode fazer hoje é estabelecer o conselho. Acho que o Conselho gestor. Por parte da Prefeitura, a gente já tem as secretarias, e aí a gente vai pedir indicação, da Fazenda porque é quem vai liberar o dinheiro, da gestão governamental, porque é quem faz o gerenciamento das ações. Então, nós não temos a indicação ainda. A secretária é a Lauriê.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Mas não tem que ser ela?

SR. JUNIOR: Não, não. A secretaria vai indicar. Da Fazenda hoje é o Leonardo Orlando, também vai ser indicado.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Então da Fazenda, da Gestão e o Fernando.

SR. JUNIOR: O Fernando é o secretário adjunto e ele é coordenador adjunto do COMDEMA. Então ele ganhou de presente.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: E depois, Junior, como que é escolhido o restante?

SR. JUNIOR: Então agora a gente escolhe, é o que a gente vai escolher.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Eu sei que é agora, eu estou dizendo que instituição? Tem alguma instituição correta, certa ou não?

SR. JUNIOR: Representante da Sociedade Civil. Membro do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente. Conselheiros da Sociedade Civil. Eu acho que vocês podem... Quem representa a sociedade civil aqui e é membro do Conselho? Chegar a um acordo entre vocês e indicar uma pessoa. E aí colocar em deliberação.

SR. PAULO: Só esclarecer. Tem representantes de entidades ambientalistas e representantes da sociedade civil que não são de entidades ambientalistas. É bom diferenciar ali.

SR. JUNIOR: Ali é assim, um representante da sociedade civil, membro do COMDEMA. Um representante das entidades ambientais não governamentais cadastradas no COMDEMA, mas não precisa ser membro

ATA - 234ª Reunião Ordinária

do Condema, não precisa ser conselheiro. Um representante... Opa, volta lá. Não decorei tanto assim. Entidade ambientalista, Sociedade Civil, aí. Um representante das entidades da Sociedade Civil cadastradas no CONDEMA. Então é uma entidade ambiental cadastrada no CONDEMA, uma entidade da Sociedade Civil representante cadastrado no CONDEMA e um da Sociedade Civil membro do CONDEMA. São três. Então, um representante da Sociedade Civil, membro do CONDEMA. Então membro do CONDEMA, representante da Sociedade Civil. Quem são os membros que representam a Sociedade Civil no CONDEMA? Nós temos aqui o Renan, o Paulo Mancini, nós temos a Glaucia, a Rosana, a Fátima, a Rita, o Alessandro. E a Ana Paula. Então haveria... Gente, vamos lá. Quem teria interesse em fazer parte do Comitê Gestor? Não, gente. Vamos lá. Se posicionem. Levantem a mão para gente tentar eleger alguém.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. JUNIOR: Eu acho que o momento é agora, é coisa assim. É uma coisa simples decidir alguém para depois...

SRA. ANA PAULA: Eu acho que a Fátima seria bom porque ela está acostumada, principalmente com [...] na nossa reunião que a gente teve no passado e o Renan também. Eu acho que o Renan são as duas pessoas...

(pronunciamento fora do microfone)

SR. JUNIOR: Então vamos lá. Nós temos o Renan, que já levantou a mão. A Rosana está com o microfone.

SRA. ROSANA: Então a Rosana aqui, AMABIC. Eu até demonstrei interesse em participar, até comentei com a Gláucia, mas ela falou que precisa ter pessoas que entendam e tal. Aí eu já falei, não. Eu fiquei assustada.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. JUNIOR: O suporte...

(pronunciamento fora do microfone)

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Por que não deu certo? A Prefeitura tem pessoas, advogados que fazem editais. Tinha uma advogada dentro da coisa. Por que não deu certo? É só isso. A minha pergunta é essa, se a Prefeitura tem todas essas pessoas à disposição da gente, por que então não trabalhar? Obrigada. Então, na verdade, não trabalharam não tinham interesse. Então você que vai ser a criatura que vai coordenar aquilo lá, você tem uma missão impossível. Parabéns.

SR. JUNIOR: Gente, nós estamos em outro momento. Vamos pensar 2026 para frente, vai haver nova estrutura, é uma nova secretaria. São novas pessoas. Se não der certo, a gente volta e discutir novamente. Mas vamos lá. Vamos seguir. Então nós temos o Renan, a Fátima, a Rosana.

SR. RENAN: Só para registrar na ata, eu estou me dispondo, caso não tiver outras pessoas interessadas a fazer parte do conselho.

SR. JUNIOR: O Renan, ele poderia entrar na primeira opção. Renan ou todos vocês que se habilitaram. Alguém poderia entrar? Representante ambiental não governamental, cadastrado no COMDEMA. É, na verdade...

(Falas sobrepostas)

SR. JUNIOR: Temos três indicações. O Renan, a Fátima e a Rosana. A gente consegue encaixar as três pessoas? O Renan entraria como entidade, como membro do conselho. Oi, pode falar.

SR. MARCO: Eu participo também.

SR. JUNIOR: É Marco, né? O Marco também está se colocando à disposição. O Marco está como suplente, né, Marco? Então, ele é conselheiro também, suplente, mas é conselheiro suplente.

(Pronunciamento fora do microfone)

SR. JUNIOR: No comitê, não. Gente, vamos lá. Vamos só tentar encaixar ali as pessoas. Então nós temos o Renan, nós temos a Rosana, nós temos a Fátima e o Marco. Quatro vagas, quatro pessoas para três vagas. Representante do COMDEMA fica o Renan ou alguma outra pessoa gostaria de ser o representante do COMDEMA para gente deliberar aqui todo mundo?

ATA - 234ª Reunião Ordinária

(Falas sobrepostas)

SRA. GLAUCIA: Glaucia, da AMABIC. Eu acho que a vaga mais concorrida é membro da Sociedade Civil, que é do COMDEMA. Eu sugiro que o Renan entre pelo item cinco ali, um representante de entidades ambientais não governamentais cadastradas, porque aí ele entraria pela APASC.

SR. JUNIOR: Então pode ser. Assim, todo mundo está de acordo? Sim? Então o Renan vai ser o representante da entidade ambiental não governamental cadastrado no COMDEMA, é inciso 5. Agora a gente precisa escolher dois. Um representante da Sociedade Civil membro do COMDEMA. E aí nós vamos ter o Marco, vamos ter a Rosana... Já desistiu? Então, gente, vamos lá. A Fátima poderia entrar... Marco, você também representa a Sociedade Civil, não é? Vamos colocar então o Marco como sendo o item 4 e a Fátima item 6 ou vice versa. E aí, contempla todo mundo, a entidade civil, participante ou não participante? Acho que está tudo dentro do mesmo contexto. Podemos fazer dessa forma? Nós colocamos no item 4 representantes da Sociedade Civil, membro do Conselho. Pode ser o Marco ou pode ser a Fátima. E aí, entre vocês dois, Fátima no 6? Então o Marco fica no item 4, o Renan no item 5 e a Fátima no item 6. Todo mundo de acordo? A Rosana vai dar um suporte jurídico para todos. Mas, Rosana, é assim, o comitê, quanto mais gente puder auxiliar, melhor. Eu vejo que o auxílio nunca é demais, ainda mais num conselho. É claro, claro, claro. Então, só registrando. O Marco ficou no item 4. Renan no item 5 e a Fátima no item 6. Então definidos os membros do COMDEMA na comissão. Aí a gente vai pedir a indicação da Fazenda, a indicação da gestão governamental e a gente passa para vocês assim que eles indicarem, ok? Aí definimos essa situação. A questão então, do item 2, que é a revisão da legislação, o Renan então esclareceu que a ideia é não mudar, não alterar a legislação e submeter os questionamentos à PGM para a PGM validar ou não validar. Está ok? Podemos seguir dessa forma? Então aí a gente finaliza as duas pautas. Pelo menos as pautas que nós tínhamos colocado para hoje, ok?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só repetindo mais uma vez que o grupo tem que chamar o Porto, que está na Secretaria de Meio Ambiente. Na época, antes de você e antes do Nino, ele que comandava a parte do Fundo Verde. Então ele pode passar as experiências dele.

SR. JUNIOR: Com certeza. E ele está ali com a gente. É fácil da gente envolvê-lo nessa discussão. Pessoal, o Polo Mancini havia colocado dois pontos. Um era do Universaliza. Qual era o outro ponto, Paulo?

SR. PAULO: Mais informes se tiver sobre a Corpal. O que acontece? Outro dia, o promotor Dr. Sérgio, não sei se em alguma audiência pública ele comentou, parece que tem uma ação civil pública contra o empreendimento da Corpal, que nós aprovamos aqui por unanimidade. Inclusive ele criticou porque eu havia até feito uma manifestação elogiando o empreendimento e eu não consegui saber por ele, porque por falta de oportunidade, qual foi o problema que aconteceu com a Corpal, que deve ter sido grave para mover uma ação civil pública na época e aí foi que nós erramos. Porque se nós aprovamos um projeto por unanimidade, que está sofrendo uma ação civil pública por provavelmente crime ambiental, nem isso eu sei direito, mas imagino que seja isso para ele falar uma coisa dessa para mim. Então era isso. Se a secretaria tiver informações para nos dar, ou se alguém tiver, eu gostaria de ter esclarecimento. E a outra sugestão que eu fiz que a gente pudesse debater e talvez a gente tem uma moção é em relação à possibilidade que a gente está tendo de concessão do serviço público de saneamento de São Carlos. Que eu, como cidadão, acho assim péssimo, horrível para a cidade em função de toda a competência que São Carlos, a Prefeitura e o SAAE tem nessa área, embora tenha muitos problemas, mas a solução não passa por a gente abrir mão do controle do bem que é mais essencial à vida, que é a água. Passa, sim, por a gente melhorar a gestão e aumentar o controle público sobre a gestão do SAAE, como acontece, por exemplo, com o DAAE de Araraquara. O DAAE de Araraquara tem um conselho de administração já há mais de 30 anos, eu acho, e talvez por isso que a gestão dele seja melhor que a daqui. E se alguém quiser saber por que eu acho que a gestão do DAAE de Araraquara é melhor daqui, depois eu posso especificar. Mas eu acho sim que nós, do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, não podemos abdicar de não tratar dessa possibilidade de concessão de serviços públicos de saneamento. Agora tem bem mais comum, mais essencial à vida, mais ambiental que a água? E nós

ATA - 234ª Reunião Ordinária

vamos simplesmente ficar olhando para onde? Para as nuvens? Nem sei para onde a gente fica olhando. Eu acho que a gente tem que tratar desse tema e tomar um posicionamento. Eu acho que a gente tem algum tempo e tal, mas eram esses dois assuntos que eu propus. Muito agradecido, Junior.

SR. JUNIOR: Maravilha, Paulo. Agora como secretário e não mais como presidente do COMDEMA, como coordenador do COMDEMA. Nós recebemos sim, uma demanda do Ministério Público, uma ação civil, questionando o processo de aprovação do empreendimento da Corpal, é o Essenza. São quatro processos. É um parcelamento em três condomínios. São 16 volumes só o parcelamento e são mais oito volumes em cada condomínio. Então, são oito, 16, 24, com 16, 40 volumes de processo. É ali na Miguel Petroni, lá próximo... Isso, depois do Toninho, é um empreendimento grande da cidade. E o questionamento, isso é público, está na ação civil, então não tem problema falar. O questionamento é o trâmite de aprovação do processo. E aí, possivelmente, é colocado pelo Dr. Sérgio, que é quem propôs a ação, que possa ter um dano ambiental e ele quer apurar se houve dano ambiental ou não na aprovação do processo. Quando nós recebemos essa informação, a primeira coisa que a gente fez, pedimos todos os processos para o meio ambiente, porque ele alega que, na tramitação, o processo não foi avaliado da forma adequada no meio ambiente. Pedimos todos os processos. Então, hoje os 40 processos estão conosco. Os dois técnicos que nós temos, a Juliana e Weverton, estão voltados a análise dos processos. Nós vamos ter uma audiência dia 11/06 para uma tentativa de conciliação e, até lá, a gente espera ter já uma análise do processo administrativo que tramitou na Prefeitura para a gente verificar se houve alguma falha ou não. Se houve falha, teve dano ambiental? Se houve dano ambiental, ele é pacífico de uma reparação ou ele é irreparável? Então assim, esses levantamentos é que estão sendo feitos pela secretaria atualmente. Então a gente não tem hoje o posicionamento claro. Até os técnicos pediram o adiamento da audiência, que a audiência era para ter acontecido acho que dia 15 do mês passado, desse mês e ela foi adiada para o dia 11/06 por conta dessa análise dos 40 volumes de processos, com mapas com descritivos, memoriais e é essa análise que está sendo feita. Então a acusação assim, a ação, Paulo, versa sobre isso um possível uma possível falha na tramitação do processo e um possível dano ambiental. Mas assim, está sendo apurado e essa é a parte da acusação. Agora vai ter a parte de defesa tanto do empreendedor como a parte de análise da Secretaria do Meio Ambiente.

SR. PAULO: Muito agradecido, Junior, pelo esclarecimento. Então, pelo que você informa, não há um dano ambiental constatado. Há a possibilidade de um dano e há um possível erro, falha no processo de licenciamento?

SR. JUNIOR: É isso que está sendo apurado.

SR. PAULO: A outra pergunta assim, em função dessa ação, a continuidade da comercialização dos lotes lá foi paralisada? Não foi paralisada? Você tem essa informação?

SR. JUNIOR: Não, a juíza não acolheu o pedido de antecipação de tutela para suspender a comercialização ou o prosseguimento da aprovação, mas ela marcou, designou uma audiência de conciliação.

SR. PAULO: Perfeito.

SR. JUNIOR: E, nessa audiência de conciliação, acredito que ela vá decidir se acolhe ou não acolhe a pedido de tutela antecipada que o promotor formulou, mas ela não acolheu de plano.

SR. PAULO: Muito agradecido, Júnior. Só assim, o que eu achei muito engraçado é que me veio notícias que teria sido eu, inclusive, o autor da representação junto ao Ministério Público para paralisar essa obra. E aí o promotor vem e me fala que me critica por ter elogiado lá o processo.

SR. JUNIOR: Não. No documento que tem no processo que deu início à ação, não consta nem a manifestação do Poder Público e não consta nem a manifestação do empreendedor. Só tem a versão do Ministério Público. Então, por isso que há essa necessidade do empreendedor se manifestar e também a Secretaria do Meio Ambiente, porque a Prefeitura não foi ouvida nesse trâmite inicial. Então a gente precisa... Essa análise demanda um trabalho gigante, um esforço grande dos técnicos para gente conseguir verificar se está tudo de acordo, se não tem questões ambientais. O que a gente já levantou

ATA - 234ª Reunião Ordinária

com base em informações que a própria empresa entregou para nós? A CETESB, que é o órgão competente para aprovar o licenciamento, aprovou, o GRAPROHAB aprovou, a questão de arborização, a CETESB emitiu a autorização para supressão de vegetação. Então, em princípio, no Estado está tudo certo. Mas é preciso ter uma apuração maior aqui do município.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu participei dessa aprovação aqui. Eu lembro que no meio tem dois condomínios de casas e um loteamento. No meio dos dois condomínios têm uma Área de Preservação Permanente, então pode ser que seja aí o assunto. E outra coisa que eu me lembro que tinha uma lagoa. Eu não sei, deve ser esses dois pontos que ele está levantando.

SR. JUNIOR: É, existia uma discussão se tinha área úmida, se não tinha área úmida. E aí esse ponto é um ponto que os técnicos estão avaliando. Se a CETESB avaliou o local e definiu se tem ou não tem área úmida, se existe, quando começa a contar APP. Esse é um dos pontos que está sendo questionado lá. E aí o segundo ponto, gente, do Universaliza, deixo para vocês conversarem, para vocês discutirem. Eu, a informação que eu tenho foi a mesma da audiência de segunda-feira, que o prefeito passou para todos. Existe sim um estudo, uma análise, mas não tem uma proposta. E aí então tudo o que a gente disser pode concretizar ou não. Então eu, particularmente, acho que é discutível e a gente precisa discutir mesmo água, é importantíssimo para a nossa cidade e para nós. Sou São Carlense, quero ter um serviço de qualidade, mas não tenho posicionamento para falar sobre um tema que ainda não tem uma definição. Acho que discute-se, discute-se propostas, estudos, análises. Participo desde o começo das audiências que discute Universaliza. Até o momento, não existe nada de concreto, nada efetivo, nada que diga: Olha, é assim e ponto. Daqui para cá morreu, já discutiram. Não, estão sendo feitos estudos.

SR. WALTER: Não sei se ficou muito claro a posição da sociedade e de todo mundo, do pessoal do SAAE, que não há necessidade. Porque em 95% de tratamento, 99% de água tratada sobre consumo funciona, ele é superavitário. Tudo mais se mostrou lá para o prefeito, porque quem é que vai tirar do Universaliza é o prefeito, certo? Eu acho que até os vereadores poderiam ajudar nesse sentido de tirar. Porque a ideia, qual que é a ideia nossa? Tira do Universaliza. Porque não precisa, não precisa, não há necessidade. Para um bom entendedor, meia palavra basta. O que o prefeito viu lá aquele dia. Poxa, se eu fosse aí, eu ia levantar e fazer assim: Saia do Universaliza.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Viu, Walter? Para uma empresa privada São Carlos é um filé mignon. Tudo prontinho, tudo funcionando. Tem água de tudo quanto é lugar, água tratada. Quem não quer isso? Parece que eles vão pegar assim até Ibaté de tanto lucro que vai dar São Carlos, pode ir até Ibaté atrás. Agora eu não sei realmente por que privatizar. Não tem sentido.

SR. JUNIOR: É uma discussão, é um debate...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Não tem sentido, gente, porque as experiências que a gente tem no exterior, depois de 20, 25 anos, está voltando tudo para o Estado novamente. A Inglaterra tem um seríssimo de esgoto no mar. Só que os seus diretores continuam recebendo suas £ 300 mil. Ou um diretor daqui que recebe R\$ 300 mil, sabe? Vai voltar novamente para a Estado porque assim, eles usam, usam, usam, tiram tudo que tem, na hora que não dá mais, aí volta para o Estado. A mesma coisa vai acontecer com a Sabesp. Já começou, era assim, de primeiro mundo. Quem realmente fiscalizava eram professores da universidade, que era diretor e tudo mais faziam pesquisa lá dentro. O que você acha que vai acontecer agora? Eu não sei por que que um prefeito tem o prazer de ferrar o povo. Ele foi votado pelo povo, por que ele quer ferrar com o povo? Não dá. No caso do SAAE não dá para entender porque não é uma empresa que está falindo, que está... Olha, o que falta no SAAE, me perdoe, mas é gestão. E o lixo deveria sair do SAAE porque, pelo amor de Deus, tem lixo na cidade inteira. Se não dá conta, devolve.

SRA. GLAUCIA: Olá, Glaucia, AMABIC. Eu estou pensando no que o COMDEMA pode fazer a respeito. Como ambientalistas que somos, espero que sejamos, a questão é óbvia. A privatização não pode acontecer. É tão óbvio que eu não consigo nem imaginar que a gente ainda não tenha uma posição. A água não é mercadoria, não é uma commodity, não pode ser vendida, ela tem que ser administrada pelo Poder Público. E aí, com essa visão, eu imagino que a gente, como um conselho, deveria se manifestar

ATA - 234ª Reunião Ordinária

formalmente através de uma carta ao prefeito. Então, essa é a minha proposta, que a gente escreva, redija uma carta, pode ser formado um grupo para isso e aí seja aprovado e depois seja encaminhado ao prefeito.

SR. JUNIOR: Ok.

SR. PAULO: Eu acho que o encaminhamento que a Glaucia está dando é correto. O que eu gostaria de fazer é uma pergunta, até peço desculpas ao Casado se fazer algum constrangimento, mas a pergunta é o seguinte, que é o nosso representante do SAAE aqui do COMDEMA. Se o nosso representante, que é o Eduardo Casado, ele acha que se o SAAE atualmente, na sua composição técnica, ele não tem condições de administrar, de fazer a gestão de saneamento básico, que atualmente inclui os quatro itens: abastecimento público de esgotamento sanitário, tratamento de esgotamento sanitário, drenagem de água pluvial e resíduos sólidos. E se ele considera que uma concessão que a gente vai passar, um controle e toda a coleta das saídas, todas passar para mãos privadas, que visam lucro. Se ele acha que isso daí pode então resolver, já que a nossa administração não tem condições de prestar um bom serviço para a nossa comunidade.

(Falas sobrepostas)

SR. EDUARDO: Agradeço a pergunta. Eu não sei se eu vou conseguir esclarecer, agora... Não... Sobre a parte técnica, acho que é a primeira da pergunta é a mais... É até óbvio. O próprio estudo do... Vou inverter, vou começar pelo final. A palavra sobre... Decisão, sobre ficar ou não no Universaliza isso é, como representante do SAAE, eu digo que está na mão do prefeito municipal. Isso já ficou claro. Então vou inverter. Já falei por aí. Se há necessidade ou não, eu espero que ele decida com base lá no toda a documentação que ele está avaliando. Mas sobre o SAAE, o serviço hoje é prestado. O serviço funciona nas quatro vertentes, os quatro pilares do saneamento hoje ele é prestado. É óbvio que tem deficiências ou tem insuficiências, pode escolher a palavra. A gente, como parte disso, a gente nota como cidadão e como trabalhador lá dentro. E se esse serviço é prestado hoje e é passível de melhoria, eu acredito que a equipe técnica do SAAE é uma equipe de servidores do SAAE, ela é suficiente para prestar esse serviço, acho que a cidade é atendida. Nós temos necessidade de melhorias e investimentos, isso sim. Tanto para a própria manutenção operacional, para manutenção da operação do sistema, como para ampliações e controle, principalmente na parte de controle de perda de água, questão de vazamento, isso eu acho que é o fundamental, para avançar nessa área de controle de vazamentos, que é uma área crítica, a área de controle de vazamento e controle de perdas, que é o nome que se dá, é crítico. E é o que mais se manda investimento. Porque é aí que você precisa fazer uma renovação dos seus principais ativos, que são as redes e as ligações. Então é um trabalho que você tem que analisar as redes de distribuição, você tem que analisar as ligações de água, o parque de hidrômetros. Então assim, é um trabalho que assim, é o principal, é o que está se tentando avançar nesse sentido internamente, não é a minha área específica, mas estou tentando trazer assim um panorama mais geral assim, como o Paulo colocou na condição de representante do SAAE. A decisão sobre a gestão também é do SAAE, ela passa pela Prefeitura Municipal, mas eu creio que nesse ponto o SAAE tem profissionais competentes para desenvolver não apenas o serviço diretamente, como até orientar a instruir procedimentos licitatórios para contratar aquilo que lhe falta. Na minha área lá dentro do SAAE, dentro dos quatro pilares do saneamento, respondendo lá internamente pela drenagem urbana, nós trabalhamos com quatro pessoas. São quatro pessoas. É óbvio que nós temos apoio da Secretaria do Meio Ambiente nas matérias que competem. Temos o apoio da Secretaria Municipal de Gestão da Cidade e Infraestrutura também no que compete. Colaboramos também com essas duas secretarias no que nos compete. E assim, eu posso apontar bastante avanço no ponto de vista de drenagem. Fazendo, traçando um paralelo para as outras áreas, e aí com foco no que é o objeto do Universaliza, que é o esgotamento sanitário e abastecimento de água, eu acredito que lá tem pessoas, até porque nos apoiamos mutuamente e internamente lá no desenvolvimento de alguns projetos, eu vejo que capacidade operacional tem, tanto que a cidade é atendida. Esses níveis que a cidade tem, ela está lá. A Fátima perguntou ali fora do microfone, ali a questão da perda. O índice de

ATA - 234ª Reunião Ordinária

perda do SAAE está em torno, estou dando o número grosseiro, está em torno de 40%. O estudo apresentado pelo Programa Universaliza SP apontou 52% de perda total porque computando gestão de perdas físicas e perdas comerciais, que são deficiências de hidrometria na parte de medição, micro medição. Então assim, é um valor elevado. é um número elevado, mas infelizmente, ele é encontrado no geral, até em nível do Estado de São Paulo ele tem esse nível, o que aponta que, realmente, uma das principais coisas que precisa ser melhorada no saneamento como um todo, e aí eu não estou falando de concessão, independente de quem opere o sistema, o órgão que opera, ele tem que se preocupar com isso, com o controle de perda e aí volta. É fundamental a renovação dos ativos, a renovação de rede. Isso nós estamos, veja, nós estamos falando só de água. Depois nós temos a questão de esgotamento sanitário, onde a gente tem que ter a renovação de rede, que aí ela já vai buscar até uma proteção ambiental. Na medida que, se eu tiver vazamentos ou rompimentos, extravasamento, etc. a questão de interceptores e tudo. E o tratamento, o tratamento em São Carlos me parece que está equacionado, pelo menos tem capacidade de tratamento. Tem projetos em andamento para regiões, região lá do Varjão, região norte da cidade, tem projeto aprovado, inclusive com recursos aprovados. Então, assim, do ponto de vista do SAAE, acho que para fechar aqui para outras pessoas poderem também ter a fala aqui, é isso. Existe. Existe a operação. Ela atende o município. Pode atender melhor? Sempre pode. Isso é óbvio. Acho que, por melhor que fosse o sistema, ele ainda pode melhorar sim.

SR. JUNIOR: Obrigado. A Rita depois pediu a palavra também lá, Fernando.

SRA. RITA: Rita Ferreira. Eu também estive na audiência e também tenho um posicionamento que acompanha a unanimidade dos que se manifestaram lá. E eu tenho um posicionamento muito específico sobre a questão da gestão. Na verdade, eu acho que não falta gestão. Eu acho que a gestão está sendo feita dentro de uma linha política. E essa linha política, ela é muito clara em relação ao que se espera dos recursos públicos e do dinheiro público que é transferido para a iniciativa privada. E a realidade, na verdade, é assim. Primeiro, os funcionários se queixaram muito de quê? Da precarização que eles passam os funcionários públicos, a falta de contratação de novas pessoas e assim, um serviço que demanda mão de obra, basicamente porque existe a possibilidade de automação de equipamentos, mas muito do serviço é um serviço da construção civil, que é um serviço bastante manual. Então, tem muita... Há uma demanda de pessoas no serviço, mas a realidade, na minha opinião, com relação ao SAAE, é que ele já vem sendo privatizado. Eu fiz um levantamento que o SAAE gastou R\$ 48 milhões, ele foi custeado R\$ 48 milhões para o SAAE de serviços internos, R\$ 28 milhões para São Carlos Ambiental, que é uma empresa privada e R\$ 20 milhões para Coprosan, que é outra empresa privada. Esses R\$ 48 milhões certamente geram aí 20% de lucro por baixo para meia dúzia de proprietários dessas empresas. Então é assim, se considerar esse lucro que é transferido para indivíduos, não é nem para uma empresa S.A., a gente tem uma transferência de dinheiro e uma concentração de renda muito grande na mão de poucas pessoas. Então assim, a realidade é que 50% dos gastos do SAAE já estão na mão de terceiros e terceirização é uma espécie de privatização. Isso é 50% dos gastos do SAAE. Como é que é que se faz isso? Então, se pegassem os R\$ 10 milhões que geram lucro para retornar para o SAAE, para investir em mão de obra, qualificação e recomposição dos que vão saindo e não são repostos, isso é um bom dinheiro. Então nós temos aqui. Isso daqui tudo representa do total de gastos do SAAE, que foi R\$ 242 milhões no ano de 2025. Isso está lá na Transparência. Não sei o que estou falando não, está demonstrado lá. Então, assim, sinceramente, eu acho que nós temos aí uma situação muito mais complexa do que uma questão técnica. Eu entendo que muita gente foi lá falar de questões técnicas, faltam informações, informações erradas de propósito, porque a ideia é que se gere lucro para determinados grupos. Então esse é meu posicionamento e eu acho que a gente do COMDEMA tem que se manifestar contra esse tipo de política, que é uma política que vai que gera transferência de dinheiro, que poderia ter ficado aqui dentro do município e não passa para um grupo pequeno de pessoas. A gente vai continuar fazendo isso. Os números estão aqui, R\$ 50 milhões para a iniciativa privada cuidar mal. Porque, olha, se não me engano, a Coprosan foi criada em 2021. Eu vi aqui o CNPJ deles, a São Carlos Ambiental. Aqui não dava para eu

ATA - 234ª Reunião Ordinária

ver quando foi criada. É um grupo gigantesco de, mas é comparado com o município de 230 mil pessoas é uma meia dúzia de gente. Não é um grupo gigantesco que está pegando. Você pega R\$ 10 milhões... Olha essa Coprosan aqui, você pega R\$ 10 milhões e divide com os sócios ali. Nossa, que beleza. Então, desculpa. Eu me exaltei.

SR. JUNIOR: O Eduardo pediu a palavra.

SR. EDUARDO: Só para dar uma... Não vou discutir valores. Acho o seu questionamento justo e útil para o debate. E só vou explicar especificamente desses dois, essas duas empresas, esses dois contratos. O que são esses valores? Assim, até para explicar por que é um número tão grande. Só para a gente entender, a São Carlos Ambiental, acho que é de conhecimento de todos, é a empresa que faz a coleta, o transporte e a destinação, a operação do aterro sanitário, por meio contratada pela Prefeitura por meio de uma PPP, lá no ano de 2010, está correndo isso aí tudo. Então, é um valor significativo e é um serviço também significativo. Não estou explicando, nem justificando os números. Sempre o preço unitário, ele sempre pode ser questionado. Não vamos entrar nesse mérito só explicando o que a São Carlos Ambiental faz. E da empresa Coprosan, são duas atuações que ela tem no município e ambas são geridas pelo SAAE. Uma delas é o serviço de Eco ponto. Então, a operação toda dos Eco pontos, a gente tem aí o aumento dos Eco pontos, melhorou tanto a qualidade aí e tal. Isso demandou um investimento em outros aí em execução. Então assim, isso daí está dentro desse contrato dela. E o outro é o aterro de inertes, que atende o município como um todo. Ele não atende só o SAAE, ele atende o município como um todo. Então todas as operações, tudo que é gerado de resíduo do município, de resíduo de construção civil, das operações de limpeza da Prefeitura ou do SAAE, desde que seja de material inerte, ele é destinado para compra, para esse aterro de inerte. Então são esses dois contratos da compra e mais o da São Carlos Ambiental. Só para esclarecer o que que ele é.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. PAULO: O aterro não é público, é da própria Coprosan, não é?

SR. EDUARDO: É, o aterro é próprio da empresa. Ele é uma propriedade da empresa, diferente do aterro sanitário operado pela São Carlos Ambiental que ele é público, ele é da PPP, mas ele é operado, mas ele é público.

SR. PAULO: Perfeito. Agradecido.

SR. EDUARDO: Junior, quer a palavra?

SR. JUNIOR: Acho que o Paulo tinha pedido, a Fátima. Então passa para Fátima, o Paulo acabou de falar.

SRA. FÁTIMA: Você sabe quando eu falei da gestão do SAAE. Porque eu sempre admirei o SAAE pela sua gestão, pela sua capacidade, sempre. Eu acho que o SAAE começou a ter problema quando o lixo resíduo foi para lá. Eu não sei que quando foi o resíduo, se foi o número de funcionários suficiente e foi dinheiro suficiente. Porque pagar à empresa que coleta? Tudo bem, eu não sei. Você sabe quando a gente está pagando por tonelada? Não? Não. Então é só pagar o preço do mercado. É isso mesmo. Não tem não. Agora, o que a gente vê é essa empresa que dita o Eco ponto. Isto é uma vergonha. Tem lixo para a cidade inteira e todas as rotatórias, em todos os lugares. O que essa empresa faz? Sabe? Então a gestão do lixo, do resíduo não SAAE, não está funcionando, Eduardo. Não está funcionando porque eu não sei. Agora tudo você leva para o aterro, para o Eco ponto. Segundo alguém me falou numa outra reunião. Aí você tem, por exemplo, sobras de entulho de construção. O cara que construiu a cozinha, que reformou a sua área não sei o que lá, está tudo jogado nas esquinas e na beira da pista. Você entendeu? Então, eu não sei. Eu não sei agora. Então, aí eu não sei, Eduardo, isso para mim é gestão, é gestão. Como você vai gerir as empresas que toma conta do Eco ponto? Como é que você deixa lixo para a cidade inteira? Então, em relação a SAAE, água, esgotamento sanitário e restante, sem dúvida, não tem problema algum. O problema é o lixo, que foi para o SAAE e não sei por que, deveria sair do SAAE, deveria voltar para a secretaria que era antes. Porque eu acho, inclusive, que ele está pegando dinheiro do SAAE para pagar a conta que não é do SAAE.

ATA - 234ª Reunião Ordinária

SR. JUNIOR: Vamos lá, só para gente encaminhar, porque senão é uma discussão que vai longe. A gente sabe que tem questão de educação ambiental. A população hoje descarta irregular. A empresa, às vezes, falha no serviço. Então assim, é uma discussão que a gente vai ficar aqui até o próximo feriado e a gente não vai chegar num ponto em comum. Eu acho que é legal trazer esses debates para gente ver os pontos e conversar sobre eles. A questão aí do encaminhamento do Paulo de fazer um documento, uma moção para encaminhar o prefeito. Perfeito. Formulem esse documento, encaminhem. A gente encaminha para o prefeito, com certeza. Ele vai ver, ele vai analisar. E aí é uma manifestação do conselho. A gente, enquanto conselho, a gente tem essa função. E um ponto que eu queria trazer para vocês também, que foi levantado numa última discussão do Plano Diretor é sobre um assentamento que existe ali na Estrada do Broa e que, inicialmente, ele foi constituído para ter lotes de 5 mil metros, 20 mil metros e hoje ele está fracionado em terrenos de 100 e 200 metros de forma irregular. Ali é área do Incra. É área federal. Não é área municipal. Porém, não é o Capão. É para frente do Capão. Do lado de lá. Porém, é uma área de APREN. E, por ser área de APREN, o município pode... Eu trago depois para vocês aqui a o mapa certinho. O Capão é do lado de cá, e do lado de lá da pista, no sentido São Carlos, Itirapina. Só que do lado direito. Foi um assentamento regularizado, mas as pessoas começaram a fracionar e vender irregular. Então, por mais que não seja a competência municipal, isso é uma colocação que eu estou fazendo para gente discutir. Não estou dizendo que eu estou certo ou errado, é para a gente discutir. Talvez por estar em área de APREN e ser um loteamento que está causando um adensamento, está causando um dano, o Conselho talvez possa comentar, discutir e ver, se for viável fazer uma recomendação, uma carta, uma moção, levar ao Ministério Público Federal para que eles tomem ele tome as medidas cabíveis. Isso é um caminho.

SR. PAULO: Junior, eu concordo plenamente com isso. É uma coisa que estou preocupado há muito tempo. E, inclusive, com a mesma preocupação em relação ao Capão das Antas, que agora parece estar sendo disciplinado. Mas pode ficar totalmente indisciplinado, como está acontecendo com o assentamento Nova São Carlos. Então, acho que a gente deve sim se manifestar a respeito. Eu só gostaria de fechar o outro tema que eu acho assim. A ideia é a gente fazer uma moção e só queria assim que se encaminhasse para a gente ver, porque a gente tirar umas duas ou três pessoas para redigir uma minuta dessa moção. Depois a gente passa por todo mundo para o pessoal melhorar a redação, contribuir com a redação, mas a gente aprovasse o conteúdo. Se todo mundo concorda que, nessa manifestação, o COMDEMA se manifeste contra A Prefeitura Municipal aderir ao Universaliza e permitir então a concessão do serviço público de saneamento e, no caso, só água e esgotamento sanitário. Se todo mundo concorda com esse conteúdo, a gente prepara uma minuta de uma moção, submete todo mundo, aí aprova. Em relação a esse tema, pode ser do mesmo jeito. Forma uma outra comissão com esse objetivo para redigir uma moção, alguma coisa e encaminha desse jeito. Se você puder encaminhar isso, agradeço.

SR. JUNIOR: Perfeito. Eu acho que dá para gente pensar. E aí, Paulo, eu acho que melhor do que a gente escolher assim, eu acho que vocês conseguem se organizar aí para eu criar esse documento. E aí a gente traz para todos, coloca em pauta em votação e deliberação. Havendo aprovação, a gente submete essa moção ou o prefeito sem problema. É da mesma forma essa discussão sobre esse assentamento. Eu não conheço assentamento. Conheci essa realidade agora e me chamou a atenção porque se era um lote de 20 mil metros e hoje não tem lote de 200 metros mais ali está criando um super adensamento e que vai causar problema. A gente tem só uma informação. Acho que o SAAE leva, salvo engano, dois caminhões pipas por dia lá para abastecer. Então esse é um custo que sai do município e que poderia ser feito de uma maneira diferente. Calma aí. A Rita vai querer falar?

SRA. RITA: Não, eu só quero apoiar essa questão de fazer uma moção a respeito do SAAE, que acho que isso é muito importante. É importante que a gente tenha claro qual é a questão que está sendo debatida. Então não é só uma questão. Eu volto a insistir que não é só uma questão de gestão, porque a gestão é feita por pessoas e é uma questão de recursos públicos que são transferidos nessas políticas de PPPs, como foram colocados, etc. É, realmente, é uma questão muito mais ampla do que só gestão. À medida

ATA - 234ª Reunião Ordinária

em que o SAAE vai tendo o seu quadro reduzido é natural que a gestão vai sendo comprometida. E então isso é um processo que vem sendo construído pelas informações que a gente consegue apurar das reclamações. Então a gente precisa desse dinheiro de volta no caixa dos recursos públicos e ampliar o poder econômico do próprio SAAE. Então eu apoio o pedido do Paulo, obrigada.

SR. JUNIOR: Ok.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. JUNIOR: Vamos, vamos. Mas assim, eu acho que esse não depende de encaminhamento. Eu acho que essa é uma decisão assim, que eu acho que consenso que a gente pode já criar esse documento. Aí, com o documento criado, a gente submete aos conselhos. Quem eventualmente quiser votar favorável, vota. Quem não quiser não vota. E a gente submete ao prefeito, desde que aprovado. Então, eu não vejo problema nenhum. Acho que nem cabe deliberação. É mais um consenso nosso. Eu acho que não tem problema. Não vejo problema nenhum do conselho se manifestar sobre esses temas.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Com relação aos assentamentos, a ONG pode contribuir com relação a dados com animais. Na maioria dos assentamentos de São Carlos, a gente resgata cerca de 20 animais por semana de cada assentamento. Então, gera dejetos que não são aproveitados para compostagem para nada, porque é cachorro e gato ainda você consegue. Na parte dos ruminantes de cavalo você ainda consegue produzir alguma coisa. Mas é um absurdo. Eu acho que a gestão de lá não existe. Gestão é esgoto a céu aberto. E a gente tem um problema sério de abandono e a gente está detectando leishmaniose nesses assentamentos por causa da falta de higiene, do mosquito palha, que acaba pondo as larvas na água parada. Então a ONG pode contribuir com esses dados caso vocês precisem. Principalmente com relação a dejetos que não são aproveitados para nada. E também a parte que esses animais, a maioria deles, são levados para o canil municipal. Quem é que faz a fiscalização? Da onde vão os dejetos do canil municipal? Não sei dizer. Então acho que está na hora, porque o canil municipal está virando um depósito de bicho.

SR. JUNIOR: Ok. Então vamos lá.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só para ficar então mais concreto e encaminhamento. Acho que eu e o Mancini a gente pode fazer essa proposta dessa primeira carta aí contrário a concessão da questão de água e esgoto. E a segunda, eu não tenho tantas informações, mas também não tenho nada contra que tenha um trabalho nesse sentido apurando a responsabilidade do Governo Federal nas suas atribuições do uso da terra. Mas também não esquecer também das atribuições do Governo Estadual em relação à segurança, em relação a várias atribuições que tem aquele espaço e a omissão municipal também das suas atribuições de saneamento e outras coisas que também tem. Então, acho que consegui ver vários níveis aí de omissões para conseguir, de fato, proteger aquela região que, de fato, é uma questão ambiental, que precisa trabalhar mesmo.

SR. JUNIOR: A ideia é proteger o local para não virar um adensamento irregular. E aí a gente tem um problema todo sentido, saúde, ambiental. Tudo bem? Finalizamos por hoje? Então, obrigado. Boa noite para todos. E a gente vai conversando sobre os assuntos.